

# O Proinfo Integrado como Política Pública de Inclusão Digital

## *Autores:*

**Lisimére Cordeiro do  
Vale Xavier** - Mestre  
em Planejamento em  
Políticas Públicas

**Antônio Germano  
Magalhães Júnior** –  
Doutor em Educação –  
Universidade Federal  
do Ceará - UFC

## Resumo

Este estudo tem por objetivo geral investigar como é promovida a inclusão e educação digital de professores (as), funcionários (as) e alunos (as) nas escolas brasileiras. Deste modo, a pesquisa foca o Proinfo Integrado na condição de uma Política Pública de Governo que em parceria com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios possibilita a formação e a capacitação de agentes educacionais no que diz respeito ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O período deste estudo está compreendido entre 2007 e 2010 pelo fato de que em 2007, o Proinfo Integrado foi revitalizado no Brasil. Como problemática geral vislumbrada no percurso deste trabalho aborda-se as principais perspectivas, avanços e desafios enfrentados pelos agentes educacionais nesse universo de conhecimento que demanda a formação, capacitação e inserção dos agentes educacionais no uso das TIC na sociedade da informação. Justifica-se este estudo em função de se estar diante de uma realidade irreversível e necessária qual seja a utilização adequada dos recursos de multimídias nas escolas de todo o País. Metodologicamente esta pesquisa foi construída com a exploração de fontes secundárias de obras já escritas sobre a temática, auxiliada com documentos de governo. Como embasamento teórico alguns autores e documentos podem ser apontados, tais como: Brasil (1988, 1996, 2005, 2006, 2007, 2008); Carneiro (2007); Castel (2005); Bobbio et. al. (2002); Xavier (2009); Houais (2004); Santana; Aragão; Martins (2011); MEC/SEED (2010); Ceará (2009, 2010). Percebe-se assim, que se trata de um estudo exploratório-bibliográfico de fontes secundárias.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Proinfo Integrado. Inclusão Digital.

## **Abstract**

This study aims at investigating how it is promoted inclusion and digital education teacher (s), employee (s) and student (s) in Brazilian schools. Thus, the research focuses on the Proinfo provided an Integrated Public Policy of Government in partnership with the Education Departments of States and Municipalities provides training and educational training of agents with respect to the use of Information and Communication Technologies (ICTs). The study period is between 2007 and 2010 by the fact that in 2007, the Integrated Proinfo was revitalized in Brazil. As seen in the general problematic course of this research addresses is the main perspectives, progress and challenges faced by educational institutions in this universe of knowledge that requires training, qualification and integration of educational agents in the use of ICTs in the information society. It is appropriate to this study due to be facing an irreversible reality and what is needed the appropriate use of multimedia resources in schools throughout the country Methodologically this research was built on the exploitation of secondary works ever written on the theme, aided by government documents. Some authors as the theoretical basis and documents can be pointed, such as Brazil (1988, 1996, 2005, 2006, 2007, 2008), Carneiro (2007), Castel (2005); Bobbio et. al. (2002), Xavier (2007, 2009); Houais (2004), Santana, Aragon, Martin (2011), MEC / SEED (2010), Ceará (2009, 2010). It can be seen therefore that this is an exploratory study of secondary literature.

**Keywords:** Public Policy. Integrated Proinfo. Digital Inclusion.

## Introdução

O presente artigo sob a temática “O Proinfo Integrado como Política Pública de Inclusão Digital” tem por objetivo geral investigar como é promovida a inclusão digital nas escolas brasileiras no âmbito da União, estados e municípios.

O tempo de inserção do objeto pesquisado inicia-se no ano de 2007 e estende-se ao ano de 2010. Parte-se do pressuposto de que a descrição do objeto em pauta proporciona um conhecimento mais detalhado das políticas públicas de inclusão digital de maneira geral. Desse modo, considera-se que ao final desta pesquisa é possível tecer opiniões, críticas e sugestões sobre as Políticas Públicas de Inclusão Digital tendo-se em vista os resultados das principais propostas do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado) empreendidas no campo da Educação Digital.

Sabe-se que as inovações tecnológicas no mundo contemporâneo podem condicionar novas formas de desigualdade e exclusão. Com efeito, é dever do Estado programar Políticas Públicas de Inclusão Digital como ferramentas indispensáveis e estratégicas para a garantia da inclusão dos sujeitos que ensinam e que aprendem nos vários campos de atuação e esferas do saber. Na verdade, os meandros da inclusão considera predominantemente o campo educacional como o terreno mais propício e fecundo para a implementação de políticas de inclusão digital, visto que estas fomentam sempre a educação no seu aspecto qualitativo, pois a formação, a capacitação, a qualificação e a constante requalificação dos agentes educacionais são pressupostos eminentemente necessários à inclusão social.

Deste modo, a inclusão e a educação digital no contexto educacional são parâmetros indissociáveis, visto que, necessariamente, caminham objetivamente com o propósito de letrar, formar, capacitar digitalmente os sujeitos que ensinam e que aprendem na citada sociedade cibercultural do novo milênio.

Não obstante, se sabe que no âmbito dos espaços educacionais uma das ferramentas exigidas e indispensável é o uso eficaz de computadores. Dessa forma,

a comunidade escolar para estar incluída digitalmente necessita conviver e interagir com as máquinas, com os recursos educativos, ter acesso e treinamento específico, adequado e contínuo no que diz respeito às mídias e tecnologias socioeducativas.

Diante dessas demandas, é que algumas indagações vieram à tona, tais como: Quais os principais objetivos do Proinfo Integrado no Brasil e no Estado do Ceará? Quais os principais parceiros do Proinfo Integrado no Estado do Ceará que viabilizam a infraestrutura tecnológica e logística para que aconteça a inclusão digital dos agentes educacionais nas escolas públicas cearenses? Quem viabiliza e disponibiliza os conteúdos educacionais nos ambientes colaborativos de aprendizagem do portal e-proinfo? Quais são os recursos logísticos, técnicos e humanos disponíveis para esse fim? Como acontece a inserção de docentes e discentes nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), no que se refere ao aproveitamento do tempo e do espaço cibercultural pedagógico com maior produção de trabalhos, mais rentabilidade e acesso simultâneo a várias competências operacionais em termos técnico-educativos? Como se inter-relaciona saber clássico normativo e saber virtual tendo-se em vista a inserção e inclusão do sujeito que ensina e aprende? Enfim, como se efetiva realmente as principais ações do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado).

Com o intuito de se responder a essas questões estabelecem-se neste trabalho algumas diretrizes metodológicas que nortearão a premissa inicial de que todo e qualquer conhecimento teórico e empiricamente construídos pressupõem a condição de uma metodologia de trabalho que ordene e reordene esse conhecimento.

Entende-se nesta pesquisa que a abordagem teórica permite sempre à elaboração de um dado conhecimento que num determinado momento pode oferecer as condições essenciais para que um dado sujeito investigue, analise categorize e atribua conceitos, definições e características peculiares a um objeto em estudo, o qual se problematiza com intenção sistêmica, porém cuidando-se de

que não se incorra na deformação e nem na dogmatização que possam vir comprometer o resultado desse estudo.

Neste sentido, observa-se que a nova práxis de ensino-aprendizagem tem reconfigurado o cenário educacional. Destarte, a inclusão digital é elemento imprescindível a qualificação profissional dos agentes educacionais em virtude das mudanças e inovações no âmbito dos parâmetros das relações de ensino e aprendizagem, hoje, implementadas pelas plataformas e ambientes colaborativos de ensino-aprendizagem mediados pelas mídias e objetos educacionais de aprendizagem oferecidos em tempo e espaço virtual on-line.

## **2. Políticas Públicas de Inclusão Digital: Conceitos e Definições**

Sabe-se que um Estado que se autodenomina Democrático de Direitos tem como um de seus principais desafios o empreendimento de políticas públicas voltadas para o social, para a saúde, para a segurança e, de modo peculiar, investe especialmente na educação com vistas a assegurar panoramicamente à inclusão, considerando-se todos os seus meandros e parâmetros, em especial o parâmetro da inclusão digital que requiere necessariamente que os sujeitos educacionais dominem determinados aparatos tecnológicos demandados pelo campo da inserção produtiva.

Indubitavelmente, as garantias socioeducativas e suas referidas tecnologias constituem direitos essenciais do ser humano. Contudo, se sabe que essas garantias constitucionais por mais abrangentes que sejam não se efetivam em sua plenitude, pois, segundo Castel (2005), o pressuposto da proteção total no estado de bem-estar social só se realiza num plano ideal. Todavia, em momento algum, isso deverá por em risco as colunas que sustentam o direito e a democracia que por sua vez configuram o direito do cidadão de atuar como agente de inovação nos processos de produção de conhecimento, ensino e aprendizagem que permeiam a inserção produtiva que ao longo da história humana são sempre mediados pelas tecnologias.

Os estudos das políticas públicas começaram em 1922, quando Charles Merriam, um cientista político Norte-americano, procurou interligar a política, a

teoria e sua aplicação à realidade sócio histórica. A partir dos estudos e da práxis empreendida por Merriam, inúmeras questões passaram a ser tratadas pelas políticas públicas; política externa, segurança pública, políticas de saúde, políticas de bem-estar social em geral e, em particular, a questão da inclusão no âmago da educação (CARNEIRO, 2007).

Fomentando e incrementando as ideias de Merriam, Lasswell (1965), sistematizou e relacionou às políticas públicas à *Policy Sciences*. Essas ideias foram edificadas no contexto da academia e defendiam a criação de uma ciência social que pudesse intermediar as ações e decisões governamentais com vistas à identificação e resolução de problemas que viessem melhorar as condições de vida dos cidadãos (apud CARNEIRO, 2007).

No ocidente as políticas públicas se projetaram sistematicamente somente a partir da segunda metade do século XX. Contudo, sua gênese está fincada na Grécia antiga, (século VI a. C),

[...] as organizações político-sociais tradicionais eram [...], realezas de tipo feudal, onde predominavam grandes famílias – “os bem nascidos” – que exerciam sua autoridade política, religiosa, jurídica e econômica sobre um pequeno povo de agricultores, artesãos e pescadores; e, nas terras *bárbaras*, vastos impérios comandados por um déspota que impunha uma dominação absoluta, apoiado em castas militares, sacerdotais e técnico-administrativas (CHÂTELET; DUHAMEL; PSIER-KOCHNER, 2000, p. 13).

Em contexto, o termo política deriva do grego antigo πολιτεία (*politeía*), que se referia a todos os procedimentos pertinentes à pólis, ou cidade-Estado. Esta podia significar a sociedade, a coletividade, a comunidade e outras atividades da vida urbana. Com o passar do tempo, o termo se estendeu ao latim “*politicus*”, e as demais sociedades europeias através do termo francês “*politique*”, que desde 1265 significa ciência de governo dos Estados ou ciência social que trata dos fenômenos do Estado e do governo (BOBBIO et. al, 2002; QUEIROZ, 2003).

De um modo geral, as políticas públicas, são empreendidas a partir do problema existente (diagnóstico), o qual exige e determina um planejamento de atendimento, a priori; dos protagonistas envolvidos; e, da política pública a ser empregada, que é a ação ou decisão final tomada, consensualmente, com os sujeitos envolvidos. Conforme Bobbio (1992) “[...] uma política pública também facilita amplos consensos sociais e promove o desenvolvimento do sistema institucional, tornando possível o controle e a responsabilidade pública dos governos de plantão [...]” (apud XAVIER, 2007, p. 93).

A América Latina, hoje, e em especial o Brasil, têm como referência para o empreendimento de suas políticas públicas os paradigmas de países onde as políticas públicas já passaram por análise científica, tais como: Inglaterra e Estados Unidos. Essas políticas foram analisadas estruturalmente em três dimensões: estrutura, processo e resultado, ou seja, *polity*, *politics* e *policy*, conforme a concepção original expressa por Vallés (apud CARNEIRO, 2007).

De acordo com Hill (2005) e Vallés (2000), estrutura (*polity*) refere-se ao tipo de sistema político em que uma sociedade se organiza – cidade-estado (polis), Império, Monarquia, Estado –, define, determina e mantém os padrões de vida em sociedade. O processo (*politics*) é a dinâmica dos componentes da estrutura, ou seja, é a forma de como os partidos, associações, agremiações, instituições e os próprios sujeitos sociais se comportam, agem e atribuem formas às políticas públicas visando o bem comum. Neste sentido, enquanto a estrutura (*polity*) pauta-se na estabilidade, o processo (*politics*), prima pela a ação num constante dinamismo. Por último, o resultado (*policy*) como sendo o produto final ou síntese da aplicação dos dois primeiros componentes da política, ou seja, o retorno (apud CARNEIRO, 2007).

Segundo Bucci (2001, p. 06)

Por definição, todo direito é política pública, e nisso está a vontade coletiva da sociedade expressa em normas obrigatórias; e toda política pública é direito; nisso ela depende das leis e do processo jurídico para pelo menos algum aspecto da sua existência (apud XAVIER, 2009, p. 94).

A expressão, política pública, faz referência a determinados programas e ações de governos que atendem certas demandas sociais e educacionais. Neste sentido, as políticas públicas de inclusão social e por consequência, de inclusão digital, ou de educação digital, serão sempre mais robustas, quando atendidas de acordo com as reivindicações e demandas sócio-educacionais da sociedade civil.

As políticas públicas e seus impactos na sociedade mereceram estudos de especialistas por tornar-se fundamentais para a compreensão do Estado e sua tomada de posição diante de questões sociais. Essa postura viabiliza a compreensão da sua natureza, por um lado, e possibilita o entendimento das diversas formas de organização da sociedade civil e sua relação com o setor público, por outro. A atualidade desse tipo de conhecimento está nas mudanças políticas ocorridas nas últimas décadas, o que torna imprescindível o planejamento (PARENTE, 2001, Editorial).

As políticas públicas, por direito, serão sempre efetivadas de maneira satisfatória se a população participar, planejar, contribuir para seu desenvolvimento

e, sobretudo, fiscalizar as ações e recursos empreendidos nessas políticas. No caso das políticas educacionais digitais, o acompanhamento desses empreendimentos requerem especial atenção tendo-se em vista que a educação digital nas escolas públicas brasileiras necessariamente implementam o padrão de qualidade técnico-profissional tão almejado nos países em desenvolvimento.

### **3. O Proinfo Integrado como Política Pública de Inclusão e Educação e Digital**

O Proinfo Integrado oferece aos agentes e sujeitos educacionais inúmeras possibilidades de formação e informação digital. Entre as principais propostas de formação digital têm-se os cursos de Introdução a Educação Digital e o curso Ensinando e Aprendendo com as TIC. Esses são os principais cursos promovidos pelo Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação à Distância (SEED) que apresentam como pressupostos relevantes o conhecimento e a apropriação da informação e mais precisamente a apropriação e o uso dos recursos básicos de informática educativos oferecidos a partir do uso de computadores.

Como se sabe a palavra informática é uma palavra derivada da palavra informação. Contudo, ao longo do tempo essa palavra foi agregando valores, de modo que, no contexto atual representa a “ciência e a técnica de tratar informação por meio do uso de computadores e demais dispositivos de processamento de dados” (HOUAISS, 2004, p. 416) que sempre são transformados em informações que em geral ficam disponíveis no mundo virtual e que podem sempre ser acessadas através de um dado sistema operacional.

O desenvolvimento de um sistema operacional via programas de softwares, respectivamente, garantem a operacionalização da informação em ambientes virtuais constituídos por hardwares que compõem máquinas do tipo computadores.

As máquinas – computadores, em português – podem ter enormes capacidades de armazenagens e uma prodigiosa rapidez de execuções nas tarefas a elas destinadas. As tarefas são definidas por programas – séries de instruções dadas à máquina numa linguagem que lhe é própria, conhecidos como software. Os computadores executam, mas também assistem a sua elaboração, ao permitir o recenseamento de dados extremamente amplos ou simulações de operações. Estão associados à investigação científica e à criação artística bem como à gestão (ARÉNILLA, et. al., 2000, p. 248).

Um computador apresenta sempre como pressuporte básico um hardware e um software. O hardware é a parte material e o software é a parte imaterial (virtual). É como se o computador fosse de fato uma verdadeira máquina humana constituída de corpo e alma. Os elementos essenciais que formam o hardware são: monitor, teclado, drives, memórias, placas, estabilizador, impressora, scanner, câmera, mouse, gabinete, além de outros sistemas operacionais. O software é o sistema operacional constituído pelos diversos programas que serão utilizados no desenvolvimento de diversos trabalhos, e que podem oferecer os seguintes aplicativos: navegadores, correio eletrônico, editor de texto escrito, wiki, editor de imagem fixa, sonora e audiovisual, editor de apresentações, editor de páginas, web, planilhas, blogs e muitos outros aplicativos que operacionalizam tarefas de natureza científica-acadêmica ou uma simples tarefa escolar. Esses aplicativos apresentam as principais instruções e operações que são executadas pelo software (MEC/SEED, 2008).

Sabe-se que, hoje, o mercado tecnológico disponibiliza e oferece diversos sistemas operacionais e programas que podem inovar e dinamizar o trabalho pedagógico de educadores e educandos no Brasil e no mundo. Dentre os principais

tipos de softwares, destacam-se o Windows; produzido pela Microsoft, o Unix; produzido Bell Labs e o Linux oriundo do sistema Unix.

O sistema operacional Linux é um dos sistemas operacionais mais utilizados na rede pública de ensino, pois este é de livre distribuição. O Programa aqui em estudo, ProInfo Integrado, tem utilizado esse sistema operacional, haja vista, que este lhe permite montar suas plataformas e seus laboratórios governamentais sempre utilizando o Linux como softwares livre. Desse modo, o sistema Linux Educacional integra mais um dos elementos que possibilitam os processos de domínio e aquisição das tecnologias e mídias utilizadas pelo Programa Proinfo Integrado destinados aos docentes e discentes que formam a rede pública de ensino e precisam ter acesso a informação, a comunicação e precisamente a formação digital.

O Linux Educacional é um sistema operacional padrão de software livre que democratiza o acesso e o uso das tecnologias da informação e da comunicação nas redes oficiais de ensino em nível nacional e internacional.

Inicialmente desenvolvido e utilizado por grupos de entusiastas em computadores pessoais os sistemas operativos ou sistemas operacionais com núcleo Linux passaram a ter colaboração de grandes empresas como IBM, Sun Microsystems, Hewlett-Packard (HP), RedHat, Novell Oracle, Google, Mandriva e Canonical<sup>1</sup>.

Esse sistema operacional democratizou e viabilizou o acesso aos diversos objetos e recursos educativos nacionais e internacionais oferecidos nas plataformas de aprendizagem, haja vista que, outros softwares, como o Windows da Microsoft, cobravam altos custos por seus sistemas operacionais e os governos, de modo

---

<sup>1</sup>Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Linux>> Acesso em 26 abr./2012.

especial, o governo do Brasil, precisavam desembolsar de seus orçamentos grandes somas. O sistema Linux permite que se operacionalizem em ambientes virtuais colaborativos de aprendizagem os diversos recursos e os diversos programas de aprendizagem, do mesmo modo e, com a mesma eficácia que os softwares não livres.

Contudo, inicialmente esse sistema foi um tanto rejeitado por alguns sujeitos por conta do predomínio e do monopólio da Microsoft no mercado tecnológico que já havia estabelecido em meio a alunos e agentes educacionais, uma certa familiaridade com seus programas. Porém, logo essas dificuldades foram sendo superadas a medida que em sua essência a tecnologia, no caso, mais especialmente a tecnologia digital, por natureza, é versátil e dinâmica.

Epistemologicamente, a tecnologia digital refere-se às questões e processos relativos a digitalização do mundo e da experiência humana (JUNQUEIRA, 2011 ). Já a acepção de tecnologia em seu sentido amplo nos leva a compreender que seja o “conjunto dos conhecimentos científicos, dos processos e métodos na criação e utilização de bens e serviços” (HOUAISS, 2004, p. 711).

A digitalização do mundo e da experiência humana envolvendo os conhecimentos científicos, processos e métodos na criação de bens e serviços que envolvem as tecnologias da informação e da comunicação no campo dos recursos educativos são operacionalizadas através dos recursos de hardwares e softwares. O sistema Linux como software de padrão livre celebra a operacionalização de inúmeras ferramentas e recursos educativos na rede pública de ensino.

Com efeito, a cultura digital, através do Sistema Operacional Linux como software de padrão livre, transborda num contexto real ao passo que alunos e agentes educacionais despõem de saber e poder para acessar; obras literárias de domínio público, vídeos da TV Escola, portal do professor, banco internacional de objetos educacionais, diversos programas educacionais e inúmeras ferramentas de produtividade como: processador de textos, de planilhas e de PowerPoint, dentre outras ferramentas.

O Linux disponibiliza ainda, objetos de aprendizagem do RIVED (Rede Internacional Virtual de Educação) que é um programa do MEC com a SEED e que produz conteúdos pedagógicos digitais na forma de objetos de aprendizagem do tipo jogos lúdicos interativos e outros. Com a finalidade de incrementar a aprendizagem de professores e alunos é que estas ferramentas oferecem ainda, a possibilidade de criar blogs, participar de bate-papos, netiquetas, chats, fóruns de discussões e outras atividades do gênero.

Os Cursos de Formação Digital oferecidos nas plataformas do e-proinfo tentam oferecer aos que formam a comunidade escolar da rede pública de ensino as tecnologias que desafiam o cotidiano dos sujeitos sociais, promovendo sempre o acesso às mídias digitais e uma educação digital inerente a formação contemporânea daqueles que precisam se aventurar no oceano dos recursos técnico-educacionais, mas que precisam navegar e lançar suas redes com segurança.

O curso de Introdução à Educação Digital e o curso Ensinando e Aprendendo com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) são mais uma iniciativa do Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional (Proinfo Integrado), promovidos pela Secretaria de Educação a Distância em parceria com o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), destinados à promover a formação e a capacitação de professores, gestores, funcionários e alunos da rede pública de ensino no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), onde o locus da formação desses sujeitos é a escola em que estão socialmente inseridos, tendo-se em vista suas competências e atribuições no que cerne a ação técnico-pedagógica (MEC/SEED/PROINFO INTEGRADO, 2008).

O Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional, Proinfo Integrado, também conta com parceiros internacionais em seus ambientes colaborativos de aprendizagem. Exemplo disso é o portal “ThinkQuest” que é financiado pela Fundação “Oracle Education Foundation” que

foi criada em 1996 e que é uma organização internacional independente dedicada a auxiliar jovens estudantes em todo o mundo. Essa fundação tem atuado em mais de 50 países, sendo que o Brasil é um desses países, pois a parceria com o Ministério da Educação (MEC) já conta com a participação de 1037 escolas, sendo que 809 são do Ceará. O Portal ThinkQuest é gratuito para estudantes do Ensino Fundamental e Médio, contudo a plataforma é protegida e o usuário só pode criar conta ao inscrever-se através de uma escola credenciada.

O ThinQuest, também foi adotado no Estado do Ceará. Com esta ação o governo espera desenvolver nos estudantes e agentes educacionais cearenses as habilidades consideradas necessárias aos cidadãos do século 21, haja vista que no Ceará tem-se mais de 10 mil alunos e mais de 7 mil professores interessados em desenvolver tais habilidades e em especial interessados na utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (ORACLE EDUCATION FOUNDATION, 1996).

O ThinkQuest é um portal de aprendizagem on-line que possibilita aos professores e alunos integrarem projetos de aprendizagem visando sempre capacitar alunos com as habilidades e competências consideradas necessárias ao século 21, são elas; Pensamento crítico, Criatividade, Trabalho em equipe, Compreensão intercultural, Comunicação, Tecnologia e Autodireção. Esse portal permite que professores e alunos de inúmeros países se relacionem de forma integrada, interativa e em tempo real (*on-line*) e ainda promove a publicação dos projetos e trabalhos desenvolvidos por alunos e agentes educacionais, de modo que esses trabalhos podem ser visto por milhões de pessoas em qualquer parte do mundo em que o sujeito possa ter acesso as redes sociais através da internet. A internet é a “rede mundial de computadores, formada por uma reunião de redes interconectadas utilizando protocolos de comunicação padronizados, que fornece informações e ferramentas de comunicação para seus usuários” (HOUAISS, 2004, p.424).

Destarte, diante da inegável utilidade no tocante a interação na comunicação e nas informações entre os usuários a internet cresce de forma contínua e acelerada, tanto no velho continente (Europa) como na América do Norte e, ainda nos países em desenvolvimento da América Latina, inclusive. Conforme Chama (2008, p. 35)

[...] a internet contava, em 2007, com cerca de 1,2 bilhões de usuários no planeta tendo crescimento de usuários na casa de 244,7% em todo planeta [...]. No entanto, em termos percentuais, entre 2000 e 2007 o crescimento de usuários de Internet no planeta aumento no Oriente Médio (920,2%), África (874,6%), Ásia (302%) e na América Latina e Caribe (540,7%) [...] (apud SANTANA; ARAGÃO; MARTINS, 2011, p. 151).

Ressalte-se que mesmo com toda abrangência e utilidade em que a internet interconecta as pessoas “[...] Não se trata aqui de políticas de inclusão digital para inclusão social. Trata-se sim de uma mudança de paradigmas na organização social” (SANTANA; ARAGÃO; MARTINS, 2011, p. 153).

#### **4. O Proinfo Integrado no Brasil**

Pensando-se numa educação de qualidade e no “Déficit Tecnológico em Educação” (DEMO, 1996), o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEED), lançaram o Programa Nacional de Tecnologia Educacional Integrado, instituído pelo Decreto Federal nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, que postula a integração e articulação de ambientes tecnológicos colaborativos de aprendizagem (e-Proinfo), nas escolas públicas estaduais e municipais brasileiras com fins de promover o uso didático-pedagógico de mídias e recursos tecnológicos digitais

capazes de otimizar a informação e a comunicação na rede pública de ensino, formando e capacitando de forma continuada os agentes educacionais da rede pública. A meta estabelecida para 2008 fora de capacitar 100 mil professores, pretendendo-se alcançar um número de 400 mil até 2010. Em 2008 as escolas públicas brasileiras contavam com o apoio de 29 mil laboratórios de informática. Em 2010 já dispunham de 60 mil laboratórios de informática educativa (MEC/SEED, 2010).

Para esse fim, o Programa promovido pelo Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação a Distância (SEED), Diretoria de Produção de Conteúdos e Formação em Educação à Distância (DPCFED), Coordenação Geral de Formulação e Conteúdos Educacionais (CGFCE) e a Coordenação Geral da TV Escola disponibilizaram conteúdos e recursos educacionais de multimídias digitais para a rede pública de ensino de todo Brasil.

O Proinfo Integrado, revitalizado e redimensionado em 2007, está consolidado em três diretrizes básicas:

- a) a instalação de ambientes tecnológicos nas escolas (laboratórios de informática com computadores, impressoras e outros equipamentos, e acesso à internet – banda larga);
- b) a formação continuada dos professores e outros agentes educacionais para o uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- c) a disponibilização de conteúdos e recursos educacionais multimídia e digitais, soluções e sistemas de informação disponibilizados pela SEED/MEC nos próprios computadores, por meio do Portal do Professor, da TV/DVD escola etc.

O objetivo central desse Programa é a inserção de tecnologias da informação e comunicação (TIC) nas escolas públicas brasileiras, visando principalmente a:

- a) promover a inclusão digital dos professores e gestores escolares das escolas de educação básica e comunidade escolar em geral;

b) dinamizar e qualificar os processos de ensino e de aprendizagem com vistas à melhoria da qualidade da educação básica.

Esse Programa cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de cooperação e colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (MEC/SEED, 2008).

Essas diretrizes constituem, indiscutivelmente, uma das medidas revitalizadoras ao Proinfo original que lançado no Brasil em 1996, em 2007 teve ressignificadas as justificativas principais de revitalizar e dinamizar a qualidade do ensino, da pesquisa, da construção e reconstrução do conhecimento e do saber técnico.

O Proinfo Integrado (2007) tem como um de seus principais objetivos

[...] contribuir para a inclusão digital de profissionais da educação básica dos sistemas públicos de ensino (professores e gestores escolares). Tem também a intenção de promover a reflexão sobre o impacto das transformações provocadas pela evolução das mídias e da tecnologia na sociedade e, a partir do uso de recursos tecnológicos do computador, dinamizar as práticas pessoais e pedagógicas (MEC/SEED/PROINFO INTEGRADO, 2008).

Desta forma, o Proinfo Integrado, oriundo do Programa de Informática na Educação (Proinfo), em seu nascedouro acreditava numa profunda transformação nas “instituições educacionais e outras corporações” (BRASIL, 1996, p. 06). Além disso, o Proinfo Integrado se propõe cumprir com os objetivos de “preparar o indivíduo para uma nova gestão social do conhecimento, apoiada num modelo digital explorado de forma interativa. Os objetivos originais do Proinfo eram:

1. Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem [...]; 2. Possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares mediante incorporação adequada das novas tecnologias da informação pelas escolas [...]; 3. Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico [...]; 4. Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida [...]; (BRASIL, 1996, 07).

Vale ressaltar que o Proinfo Integrado congrega um conjunto de políticas públicas. Com efeito, esse programa oferece a possibilidade de inserção de tecnologias da informação e comunicação nas escolas públicas brasileiras e principalmente proporciona a inclusão digital de comunidades escolares através de uma ação conjunta e concentrada que objetivam prover às escolas públicas com a infraestrutura tecnológica necessária as demandas educacionais, conectando-as, à internet que substancialmente disponibiliza conteúdos educacionais de multimídia em ambientes virtuais colaborativos de aprendizagem que possibilitam incrementar e apoiar o processo de ensino e aprendizagem de alunos e professores da rede pública de ensino. Esse ambiente colaborativo de aprendizagem é denominado “portal e-proinfo”.

## **5. O Proinfo Integrado no Estado do Ceará**

No Estado do Ceará, o Proinfo Integrado em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEED) e, com o apoio do Departamento de Infraestrutura Tecnológica (DITEC) se propõe oferecer ambientes colaborativos de aprendizagem técnico-pedagógicos, promovendo, assim, a Inclusão Digital de agentes educacionais e de alunos da rede estadual e municipal de ensino por meio das Secretarias de Educação Estadual e Municipal. A Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), conta ainda com a colaboração das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDEs) que acompanham e administram o processo de implantação da infraestrutura logística nos Laboratórios Educacionais

de Informática (LEI), articulam a formação de técnicos e promovem a capacitação dos professores-multiplificadores formadores por escolas.

As CREDEs regionais administram essas ações integradoras através dos Núcleos Tecnológicos de Educação (NTE) que são os núcleos que incorporam como uma de suas atribuições; promover a formação dos agentes educacionais da rede pública de ensino; implementar a utilização dos recursos tecnológicos nos Centros de Múltiplos e Laboratórios de Informática Educativa e, acompanhar e apoiar permanentemente os trabalhos desenvolvidos pelo Proinfo Integrado no contexto dos Laboratórios de Informática Educativa.

O cronograma da formação Ensinando e Aprendendo com as TIC/ThinkQuest, formação de professores por escola apresenta como uma de suas principais atividades a formação de um professor formador por Coordenadoria Regional de Educação e Desenvolvimento (CREDE). Cada CREDE tem sob sua responsabilidade formar um determinado número de professores- multiplicadores de LEI, através do professor formador representante da CREDE. O Estado do Ceará no ano de 2009 reuniu cerca de 21 CREDEs, sendo que duas dessas ficam na Cidade de Fortaleza e 19 em cidades do interior do estado do Ceará. Cada uma dessas CREDEs tem sob sua coordenação um determinado número de escolas estaduais. Essas escolas estão distribuídas pelas cidades que constituem as CREDEs regionais. São elas: Fortaleza, Maracanaú, Itapipoca, Acaraú, Camocim, Tianguá, Sobral, Canindé, Baturité, Horizonte, Russas, Jaguaribe, Quixadá, Crateús, Senador Pompeu, Tauá, Iguatú, Icó, Crato, Juazeiro e Brejo Santo. Nesse período foram formados no Ceará cerca de 21 professores formadores e 632 professores-multiplificadores por escola.

Um dos objetivos do Proinfo Integrado no Ceará seria implantar uma rede de acesso à internet em todas as unidades de ensino da capital e do interior até 2010. Deste modo, aperfeiçoando, equipando e interligando todas as escolas da rede pública com as redes sociais que promovem o conhecimento, a pesquisa e o saber. Neste sentido, o Ceará investiu cerca de R\$ 55 milhões para o projeto

“Cinturão digital”, que constitui um dos principais projetos estratégicos de TIC do governo cearense e encontra-se sob a coordenação da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), ligada a Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e conta com quatro grandes parceiros: a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), a Companhia Energética do Ceará (COELCE), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e com a TV Ceará<sup>2</sup>.

Esse projeto tem empreendido na instalação de uma rede de 2.500 quilômetros de fibra ótica que vai iluminar com sinal de internet o interior e a capital do Estado. A primeira etapa do projeto aconteceu em março de 2009. A meta é que ele estivesse plenamente efetivado até julho, alcançando cerca de metade do território cearense e 83% da população. O projeto Cinturão Digital tem como parceiro nessa empreitada a Rede Metropolitana de Fortaleza que empreendeu no projeto GigaFor. Assim, como o projeto Cinturão Digital

A Gigafor faz parte do projeto Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa (Redecomep), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), coordenado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). O cabo principal forma um anel com 36 fibras, sendo dois pares de fibras ópticas para uso do Governo Estadual, conforme acordo de permuta que facilita os trâmites em relação às taxas exigidas por órgãos públicos para passagem dos cabos ópticos da rede. O comitê gestor da Gigafor é formado pela UFC, Uece, Cefet-CE, Escola de Saúde Pública e INPE, instituições a serem conectadas à Rede, assim como a Unifor, FIC, Fatene, Embrapa, Instituto Centec, Funceme, Instituto Atlântico, Funcap, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece), instituições que incentivam e apóiam a pesquisa no Ceará. A GigaFor também conta com a parceria da Coelce, que cedeu os postes sem custo para o lançamento da fibra e da Prefeitura de Fortaleza<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.etice.ce.gov.br/categoria1/gigafor> Acesso em 12 mar./2012.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.etice.ce.gov.br/categoria1/gigafor> Acesso em 13 mar./2012.

O objetivo seria que, ao final de 2010, a GigaFor atendesse a capital cearense e estivesse 100% ativada. Contudo, em 2010, as expectativas deixaram a desejar, considerando-se as inúmeras limitações e dificuldades que inviabilizaram a meta em foco

O Cinturão Digital e a GigaFor representam a universalização da banda larga na capital e no interior cearense, haja vista que ambos pretendem conectar, através da fibra ótica, órgãos públicos e escolas municipais e estaduais, em uma mesma rede que pode chegar a até 1 Gbps de velocidade de transmissão de dados, no interior, e 2 Gbps na capital, Fortaleza, com a possibilidade dessa velocidade ascender ao passo da referente demanda. O projeto inclui também, sinal sem fio (na frequência de 5,8 GHz, que corresponde ao WiMax) e, quando possível, transmissão de sinal via rede elétrica, tecnologia conhecida como PLC. A meta de 2009 previa a ligação de 71% das escolas municipais, hospitais, instituições de ensino superior e demais órgãos de administração pública (CEARÁ, 2010).

A implantação e aperfeiçoamento dos laboratórios de informática educativa nas escolas da rede municipal e estadual fazem parte do Programa Nacional de Informática na Educação, do Governo Federal, Proinfo Integrado, que é desenvolvido em parceria com as Secretarias de Educação e as Coordenadorias Regionais do Desenvolvimento da Educação (CREDEs). O principal objetivo desse programa é introduzir o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas da rede pública de ensino, articulando as atividades desenvolvidas sob a jurisdição de cada Estado que desempenham suas ações através dos Núcleos de Tecnologias Educacionais (NTE) que se efetivam significativamente sob o acompanhamento de cada Coordenadoria Educacional.

Ressalte-se que no Ceará desde 2007 foi instalado o Comitê Cearense de Inclusão Digital. O Comitê Cearense de Inclusão Digital, instalado no dia 21 de agosto de 2007, reúne diversas instituições que atuam em Inclusão Digital no Estado para definir uma política integrada para essas ações. Dentre as atividades,

está o planejamento de ações e de captação de recursos que ajudam na democratização das tecnologias digitais pela sociedade cearense, em especial, nas escolas de comunidades carentes.

Pela CREDE 08 (Região do Maciço<sup>4</sup> de Baturité) foi capacitado o professor formador Augusto Milhome. Esse professor formador tinha sob a sua responsabilidade formar inicialmente 18 professores multiplicadores. A Coordenadoria Regional do Desenvolvimento da Educação em Baturité-Ce, tem sob sua jurisdição 13 cidades: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiuna, Mulungu, Redenção, Pacoti, Palmácia, e Ocara.

Em abril de 2009, a Coordenadoria Regional do Desenvolvimento da Educação (CREDE 08), através do Núcleo Tecnológico de Educação (NTE) desenvolveu na cidade de Baturité uma Formação de Professores que preparava professores-multiplicadores para atuarem nos Laboratório Educacional de Informática em suas referidas escolas. Os professores-multiplicadores tinham como um de seus principais desafios, capacitar os agentes

educacionais de suas escolas no uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) via operacionalização do Sistema Operacional Linux.

Nessa formação os professores também foram orientados a trabalhar com o portal ThinQuest. Esse portal oferece gratuitamente uma multiplicidade de possibilidades para se trabalhar com as ferramentas educativas no nível virtual e permite o desenvolvimento e o uso de vários objetos educativos de aprendizagem que permitem a integração e a interação entre os usuários do portal e especialmente promove a produção de conhecimento de uma forma ativa e interdisciplinar. Foram 5 dias de formação sendo que o curso oferecia uma carga horária de 100 horas.

---

<sup>4</sup> A Microrregião chamada de maciço do Baturité no Estado do Ceará localiza-se na mesorregião do Norte Cearense. A microrregião é uma formação geológica localizada no sertão central cearense, composta por 13 municípios: Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara.

Para o efetivo cumprimento dessa carga horária os multiplicadores permaneciam no laboratório de informática (sala de aula) de 8 às 12 hs e de 13 às 17 horas (CEARÁ, 2009).

## **6. Considerações Finais**

Antes de lançar alguns juízos de valor como considerações finais deste artigo faz-se necessário deixar posto que uma pesquisa de caráter acadêmico-científica nunca se pode dar por pronta e acabada. Sabe-se que as verdades são sempre parciais e suas validações no âmbito científico são também contextuais. Deste modo, este trabalho está aberto às críticas e sugestões que por ventura outros pesquisadores venham a declinar. Todavia, algumas considerações podem ser tecidas com relação ao conteúdo produzido nesta pesquisa. O que doravante será procedido.

Iniciou-se este trabalho buscando compreender e explicitar o que são políticas públicas, sua evolução, a quem interessa e como essas políticas públicas têm sido implementadas. Colheu-se que as políticas públicas são programas de governo cuja finalidade é atender uma demanda social existente que reivindica melhorias sociais. Na realidade as políticas públicas são também empreendimentos dispensados para solucionar problemas que estão causando desequilíbrio social.

Para tanto, as políticas públicas devem ser consideradas como conquistas sociais que ao se tornar um direito devem ser mantidas, acompanhadas, fiscalizadas e avaliadas periodicamente por todos os sujeitos envolvidos. Deste modo, as políticas públicas não são benesses doadas em trocas de favores ou visando a prática clientelista, assistencialista ou nepótica.

No caso do Brasil, as políticas públicas efetivadas ou propensas a serem efetivadas são muito recentes. Embora alguns serviços públicos de caráter social tenham sido previstos nos dispositivos legais do País houve sempre rupturas e descontinuidade em razão da ausência de um Estado democrático de direitos. Neste

sentido, as políticas públicas como direitos garantidos somente ganham estabilidade a partir da Constituição de 1988 e sua gradual efetivação.

A necessidade de qualificar e requalificar os agentes educacionais no que diz respeito ao uso das mídias digitais é uma realidade irreversível. A sociedade contemporânea exige esse tipo de profissional. Vive-se de forma conectada e sistematizada dentro de um mundo cada vez mais incrementado por essas mídias que não param de ser redimensionadas e dinamizadas no tocante a sua eficácia, sobretudo no mundo do trabalho.

Neste sentido, percebe-se que o ambiente mais propício a qualificar os sujeitos sociais é exatamente nas escolas. Deste modo, o fomento às políticas públicas de educação e inclusão digital deve ser direcionado aos agentes educacionais com a meta de formá-los e capacitá-los dentro de uma dinâmica multiplicadora constante e atualizada.

Assim, o Proinfo Integrado (2007...) surge como uma revitalização ampliada cujas diretrizes básicas são: instalar nas escolas laboratórios de informática com computadores, impressoras, demais equipamentos e, principalmente, possibilitar o uso da internet via banda larga; promover a formação continuada dos agentes educacionais; disponibilizar conteúdos e recursos educacionais multimídias, ou seja, promover a inclusão digital dos agentes educacionais em sua plenitude.

O Proinfo Integrado no Estado do Ceará juntamente com a Secretaria de Educação a Distância; o Departamento de Infraestrutura Tecnológica; as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação com a colaboração das Coordenadorias Regionais de Educação buscaram promover a inclusão e educação digital dos agentes educacionais das escolas. Com esse fim, no ano de 2009 cada uma dessas Coordenadorias Regionais de Educação (21) teve um professor formador no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e 632 professores-multiplicadores para as escolas da capital e do interior. Vale dizer que o Ceará investiu cerca de R\$ 55 milhões para a execução do projeto Cinturão

Digital visando cumprir a meta proposta pelo Proinfo Integrado de implantar uma rede de acesso a internet em todas as unidades de ensino da capital e do interior até 2010, o que não ocorreu efetivamente.

Entretanto, apesar das dificuldades apontadas as escolas brasileiras não podem se fecharem para a formação e capacitação dos agentes educacionais com relação ao uso correto das TIC. As políticas públicas de inclusão e educação digital devem ser proporcionadas com maior amplitude e efetividade. O que se percebeu no caso específico estudado a partir das lacunas apontadas pelos agentes educacionais, é que faltou o acompanhamento demandado pelo processo de inclusão e educação digital, tanto pelos gestores locais como pelos gestores regionais no sentido de que esses gestores na medida das possibilidades procurassem resolver os problemas que naturalmente emergiam no percurso desse empreendimento.

Sabe-se que a informática nas escolas brasileiras é considerada como uma cultura nova, sobretudo. Há uma certa resistência, principalmente de docentes que têm uma formação tradicional e que não tiveram acesso ao uso das mídias digitais e desconhecem ou ignoram os inúmeros recursos que o uso correto das TIC proporcionam no redimensionamento metodológico do ensino-aprendizagem. Ainda falta-lhes conhecimento e compreensão de como interagir o uso das novas tecnologias com as práticas pedagógicas. Por estas e tantas outras razões é que as políticas públicas de inclusão digital devem ser implementadas, redimensionadas, avaliadas e efetivadas com maior intensidade.

O que se conclui, por fim, é que as políticas públicas de fomento a formação, capacitação e treinamento para o uso das mídias digitais nas escolas brasileiras precisam definir com maior consistência a participação e a contribuição efetiva de cada setor envolvido no processo formativo. Além disso, é necessário maior clareza, objetividade de conteúdos, maior carga horária para os cursos de formação, incentivos, aplicabilidade e continuidade nessa práxis formativa.

## 7. Rederências

AGÊNCIA CÂMARA E CONVERGÊNCIA DIGITAL. **Software Livre**: Governo Lula monta estratégia mais agressiva. Disponível em: <<http://www.softwarelivre.gov.br>> Acesso em 25 abr./2012.

ARÉNILLA, Luís et. al. **Dicionário de Pedagogia**. Tradução de Maria Teresa Serpa. Instituto Piaget. Atlas e Dicionário. Lisboa: 2000.

BOBBIO, Norberto et. al. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2002. 2V.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado. 1988.

\_\_\_\_\_; Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN, **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_; INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. **Secretaria de Educação a Distância**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2005.

\_\_\_\_\_; Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **DESAFIOS DA INCLUSÃO DIGITAL**. Acessibilidade e Usabilidade como Desafios para a Inclusão Digital. Campinas – SP, Junho/2006.

\_\_\_\_\_; Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. **Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – PROINFO INTEGRADO**. Introdução à Educação Digital. Brasília, abril de 2008.

\_\_\_\_\_; **Decreto Nº 6.300**, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um Conceito de Políticas Públicas para a Concretização dos Direitos Humanos. In: XAVIER, Antonio Roberto. **Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania**: Desafios ao Estado Democrático de Direito no Brasil. Fortaleza: Impreco, 2009.

CASTEL, Robert. **A insegurança social**; o que é ser protegido? Tradução de Lúcia M.Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CEARÁ. **Cinturão Digital**. Disponível em:<<http://www.ceara.gov.br>> Acesso em 10 jul./2009, 2010).

CHAMA, Débora Corrêia. O Comitê gestor da Internet no Brasil: Gestão, segurança e comunicação. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UNESP, Campus de Bauru, Bauru- SP. In: VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (Orgs.). **O Pensamento Pedagógico Hoje**. – Fortaleza: Edições, UFC, 2011.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER. **História das ideias políticas**; tradução, Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 1996.

HIL, Michel. The Public Policy Process In: CARNEIRO, Inês Ferreira. **A Avaliação de políticas públicas no discurso político português (1926-2005)**. Lisboa, 2007. 229 p. (Dissertação). Mestrado em Política Comparada. Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JUNQUEIRA, Eduardo S. Epistemologias digitais e comunidades de prática: problematizando a inclusão digital difusionista e tecnicista. In: SANTANA, José Rogério et. al. (Orgs.). **Inovações, Cibercultura e Educação** – Fortaleza: Edições UFC, 2011.

LASSWELL, Harold Dwight. The Policy Orientation. In: CARNEIRO, Inês Ferreira. **A Avaliação de políticas públicas no discurso político português**

(1926-2005). Lisboa, 2007. 229 p. (Dissertação). Mestrado em Política Comparada. Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.

ORACLE EDUCATION FOUNDATION. Thinkquest. Disponível em:<[http://www.thinkquest.org/pt\\_br/](http://www.thinkquest.org/pt_br/)> Acesso em 23 abr./2012.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **O Público e o Privado – Editorial**. Fortaleza: UECE, 2001-, Semestral. Conteúdo: ano 1, n. 1, Julho/Dezembro, 2001.

QUEIROZ, Tânia Dias (Orgs.). **Dicionário prático de pedagogia**. – 1. ed. – São Paulo: Rideel, 2003.

SANTANA, José Rogério et. al. (Orgs.). Produções de saberes ciberculturais, suas inovações e multiplicidades de conhecimento. In:\_\_\_\_\_. **Inovações, Cibercultura e Educação**. – Fortaleza: Edições UFC, 2011.

VALLÉS, J. M. Las três dimensiones de La política In: CARNEIRO, Inês Ferreira. **A Avaliação de políticas públicas no discurso político português (1926-2005)**. Lisboa, 2007. 229 p. (Dissertação). Mestrado em Política Comparada. Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa.